

## EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 29/2024 - COMUSA

A **COMUSA – SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO DE NOVO HAMBURGO**, pessoa jurídica de direito público interno, sob a forma de Autarquia Municipal, sediada na Avenida Coronel Travassos, n.º 287, Bairro Rondônia, Novo Hamburgo/RS, com cadastro fiscal no CNPJ sob n.º 09.509.569/0001-51, em conformidade com a legislação pertinente, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação pública, sob a modalidade de **Pregão Eletrônico, com critério de julgamento pelo menor valor por lote**, através do site [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br), de conformidade com as disposições da **Lei Federal n.º 14.133/2021**, com aplicação subsidiária do Decreto Municipal n.º 10.652/2023, da Lei Complementar n.º 123/2006, da Lei Municipal n.º 2.020/2009, com aplicação subsidiária do Decreto Federal n.º 8.538/2015, e suas respectivas alterações posteriores, e demais legislações pertinentes, pelo que dispõe no presente Edital as condições de sua realização.

**Processo Digital n.º 129700/2024**

**Requisição n.º 358/2024**

**Critério de Julgamento:**  
MENOR VALOR POR LOTE

**Modo de Disputa:**  
ABERTO

### 1 - DO LOCAL, DATA E HORA

- 1.1. A sessão pública será realizada no site [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br), no dia **19 de dezembro de 2024, com início às 14h00min**.
- 1.2. Somente poderão participar da sessão pública, as empresas que apresentarem propostas através do site descrito no subitem 1.1, até às **13h59min** do mesmo dia.
- 1.3. A apresentação dos documentos de habilitação será exigida apenas da licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar, conforme o disposto no subitem 5.1.1 deste Edital.
- 1.4. Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização desta licitação na data acima mencionada, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação, desde que não haja comunicação em contrário, pelo(a) Pregoeiro(a).
- 1.5. Para todas as referências de tempo será considerado o horário de Brasília-DF.

### 2 - DO OBJETO

- 2.1. O objeto desta licitação é a **aquisição de ferramentas manuais e elétricas para uso das equipes de diversos setores da COMUSA – Serviços de Água e Esgoto de Novo Hamburgo**, conforme as quantidades, especificações e condições descritas no ANEXO I - Termo de Referência deste Edital.
- 2.2. A licitação será dividida em lotes, formados por um ou mais itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se à licitante a participação em quantos lotes forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.

### 3 - DA PARTICIPAÇÃO

- 3.1. Poderá participar do presente Pregão Eletrônico, qualquer empresa que atua no ramo de atividade pertinente ao objeto do presente Pregão, que atender todas as exigências, inclusive quanto à documentação constante neste Edital e seus Anexos e, estiver devidamente cadastrada junto ao Portal de Compras Públicas, através do site [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br).
  - 3.1.1. A licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou da COMUSA por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**a)** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no sistema e mantê-los atualizados, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados;

**b)** A não observância do disposto na alínea acima poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.2. Como requisito para participação no pregão, em campo próprio do sistema eletrônico, a licitante deverá declarar, para os devidos fins legais:

**a)** que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar n.º 123/2006, somente para a empresa enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei Federal n.º 14.133/2021;

a.1) no lote exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele lote;

a.2) nos lotes em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de a licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar n.º 123/2006, mesmo que microempresa ou empresa de pequeno porte;

**b)** que está ciente e que concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital, conforme o disposto no inciso I do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021;

**c)** que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme o disposto no inciso IV do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021;

**d)** que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta, conforme o disposto no §1º do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021;

**e)** que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, nos termos do art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, conforme o disposto no inciso VI do art. 68 da Lei Federal n.º 14.133/2021;

**f)** que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, nos termos dos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

**g)** que, conforme disposto no art. 93 da Lei n.º 8.213/1991, está ciente do cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que, se aplicado ao número de funcionários da empresa, atende às regras de acessibilidade previstas na legislação;

**h)** que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

3.3. Não poderá(ão) participar do presente Pregão:

**a)** as interessadas que se encontrem sob falência, insolvência civil ou dissolução, qualquer que seja sua forma de constituição;

**b)** autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física, jurídica ou integrante do mesmo grupo econômico, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

**c)** empresa, isoladamente, integrante do mesmo grupo econômico ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

**d)** pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

d.1) O impedimento de que trata a alínea acima será também aplicado à licitante que atue em

substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica da licitante;

**e)** aquele que, mesmo que subcontratado, mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com Diretor da COMUSA ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**f)** empresas que sejam controladoras, controladas ou coligadas, concorrendo entre si;

**g)** pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

**h)** empresas que tenham um mesmo procurador ou representante legal ou credenciado representando licitantes distintas, que concorram entre si;

**i)** empresas que tenham em sua composição societária sócios em comum, gerentes ou diretores, que concorram entre si;

**j)** direta ou indiretamente, servidor ou Diretor da COMUSA, inclusive da execução do objeto contratado e/ou do fornecimento de bens a eles necessários, devendo, também, ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme §1º do art. 9º da Lei Federal n.º 14.133/2021;

j.1) terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializados ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica, conforme §2º do art. 9º da Lei Federal n.º 14.133/2021.

3.4. Não será admitida a participação de empresas, na condição de concorrentes, em regime de consórcio.

3.5. Será vedada a subcontratação do objeto desta Licitação.

3.6. A retirada do Edital poderá ser efetuada através do site [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br), ou do site <https://www.gov.br/pncp/pt-br> ou do site [www.comusa.rs.gov.br](http://www.comusa.rs.gov.br), no link Institucional – Licitações, ou, ainda, diretamente na Coordenação de Suprimentos da COMUSA, situada na Avenida Coronel Travassos, n.º 287, Bairro Rondônia, Novo Hamburgo/RS.

#### **4 - DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO**

4.1. Para participar do pregão, a licitante deverá estar credenciada no Portal de Compras Públicas, através do site [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br).

4.1.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

4.1.2. O credenciamento da licitante, junto ao provedor do sistema implicará a responsabilidade legal da licitante ou seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

4.2. O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade da licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou a COMUSA, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.3. Os representantes de microempresas e empresas de pequeno porte deverão declarar em campo próprio do sistema, quando do envio da proposta inicial, que as respectivas empresas se enquadram nessa(s) categoria(s), para fins de tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar n.º 123/2006 e na Lei Municipal n.º 2.020/2009, conforme subitem 3.2, alínea “a”.

#### **5 - DO ENVIO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

5.1. A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio de digitação da senha privativa da licitante e subsequente **encaminhamento, exclusivamente por meio do sistema, da proposta com a descrição do objeto ofertado**, contendo a marca do produto, o valor total do lote, **até o horário previsto no subitem 1.2 deste Edital, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.**

5.1.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances de julgamento.

5.1.2. A proposta de preços deverá ser enviada em formulário específico do site [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br), **exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico.**

5.1.3. A licitante declarará, em campo próprio do sistema, o cumprimento dos requisitos de habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital, bem como o enquadramento de beneficiária da Lei Complementar n.º 123/2006, se for o caso, sendo que a falsidade da declaração sujeitará a licitante às sanções previstas na Lei Federal n.º 14.133/2021 e no item 15 deste Edital.

5.1.4. Os documentos de habilitação exigidos no item 10 deste Edital deverão ser enviados após a fase de lances, **exclusivamente por meio do sistema**, depois da solicitação do(a) Pregoeiro(a), tendo a licitante vencedora 1 (um) dia útil para apresentar a documentação.

5.1.5. A licitante se responsabilizará por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.

5.2. Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

5.3. Até a abertura da sessão pública, as licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema.

5.4. Na etapa de apresentação da proposta pela licitante, não haverá ordem de classificação das propostas.

5.5. Os documentos que compõem a proposta da licitante melhor classificada somente serão disponibilizados para avaliação do(a) Pregoeiro(a) e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

## **6 - DAS PROPOSTAS DE PREÇOS**

6.1. Os itens de propostas que eventualmente contemplem produtos que não correspondam às especificações contidas no ANEXO I deste Edital serão desconsiderados.

6.2. Nas propostas serão considerados obrigatoriamente:

a) preço unitário e total em moeda corrente nacional, em algarismo com no máximo duas casas decimais:

**I - Caso a proposta apresente mais de dois algarismos (centavos) serão considerados, tão somente, os dois primeiros.**

b) marca do produto ofertado;

c) produto ofertado em absoluta conformidade com todas as especificações do ANEXO I deste Edital;

d) inclusão de todas as despesas que influam no valor final, tais como: despesas com custo, transporte e descarga, seguro e frete, tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), obrigações sociais, trabalhistas, fiscais, encargos comerciais ou de qualquer natureza e todos os ônus diretos;

e) prazo de validade da proposta de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, a contar da data da sessão deste Pregão Eletrônico;

f) prazo de entrega, conforme disposto no ANEXO I deste edital, sujeito a alterações, conforme a necessidade da COMUSA;

g) garantia, conforme exigência prevista no ANEXO I;

6.3. deverão ser cotados todos os itens que compõem o lote, em decorrência de o julgamento ser pelo menor preço por lote, sob pena de desclassificação integral da proposta para o lote.

Poderão ser admitidos, pelo(a) Pregoeiro(a), erros de natureza formal, desde que não comprometam o interesse público e da Administração.

**6.4. Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.**

6.5. O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências previstas no Edital e nos Anexos.

## **7 - DA ABERTURA DAS PROPOSTAS/SESSÃO**

7.1. O(A) Pregoeiro(a) dará início à Sessão Pública através do sistema eletrônico na data e horário previstos neste Edital, com a divulgação da melhor proposta (MENOR VALOR POR LOTE).

## **8 - CLASSIFICAÇÃO INICIAL DE PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

8.1. Aberta a sessão pública pelo(a) Pregoeiro(a), a partir do horário previsto no Edital, as licitantes poderão participar da sessão pública na internet, mediante a utilização de sua chave de acesso e senha.

8.2. O(A) Pregoeiro(a) verificará as propostas apresentadas e desclassificará fundamentadamente aquelas que:

**a)** não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no Edital;

**b)** contenham vícios insanáveis ou ilegalidades; OU

**c)** contiverem opções de preços ou marcas alternativas ou que apresentem preços manifestamente inexequíveis.

8.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

8.4. Após a ordenação automática, o(a) Pregoeiro(a) dará início à fase competitiva, oportunidade em que as licitantes poderão encaminhar lances, exclusivamente através do sistema eletrônico, sendo que as demais licitantes serão imediatamente informadas do recebimento do lance e do seu respectivo valor consignado no registro.

8.5. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, pelo **MENOR VALOR POR LOTE**, observando o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

8.5.1. Caso a licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.6. A licitante somente poderá oferecer lance com valor inferior ao último lance por ela ofertado e registrado pelo sistema, observado o intervalo mínimo do subitem 8.7.

8.7. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 25,00 (vinte e cinco reais).

8.8. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que foi recebido e registrado em primeiro lugar pelo sistema eletrônico.

8.9. Durante a sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da licitante.

8.10. Será adotado para o envio de lances no Pregão Eletrônico o modo de disputa "aberto", em que as licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

8.10.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

8.10.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.10.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos subitens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

8.11. No caso de desconexão do(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para recepção dos

lances, retornando o(a) Pregoeiro(a), quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

8.12. Quando a desconexão do(a) Pregoeiro(a) persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas, contadas da comunicação do fato aos participantes, no *chat* do sistema.

8.13. Só poderá haver empate entre propostas iguais não seguidas de lances, sendo adotados os critérios de desempate previstos neste Edital.

8.14. No momento seguinte, será assegurada, como critério de desempate, a preferência de contratação às microempresas – ME e empresas de pequeno porte – EPP:

**a)** Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas – ME e empresas de pequeno porte – EPP sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores a proposta mais bem classificada;

**b)** O sistema automaticamente avaliará se existem microempresas - ME e/ou empresas de pequeno porte - EPP participando do item do pregão;

**c)** Se estas forem encontradas, então o sistema verificará se o preço por elas ofertado é até 5% (cinco por cento) maior do que o da melhor empresa previamente classificada;

**d)** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nas alíneas anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;

**e)** Constatada a ocorrência da hipótese descrita na alínea “a”, a microempresa – ME ou empresa de pequeno porte – EPP melhor classificada na fase de lances poderá ofertar proposta de preço inferior;

**f)** O lance de desempate deve obrigatoriamente ser menor do que o lance ofertado pela empresa previamente classificada;

**g)** A microempresa ou empresa de pequeno porte terá no máximo 05 (cinco) minutos para ofertar o lance de desempate. Se assim não o fizer, então o sistema passará para a próxima microempresa – ME ou empresa de pequeno porte – EPP melhor classificada, desde que se encontre naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido nesta alínea;

**h)** A microempresa - ME ou empresa de pequeno porte - EPP que oferecer um lance menor do que a primeira empresa previamente classificada será a nova empresa classificada, sendo encerrada a fase do desempate para o item, mesmo que ainda existam microempresas – ME ou empresas de pequeno porte – EPP na mesma condição;

**i)** Decairá do direito de ofertar o lance a microempresa – ME ou empresa de pequeno porte – EPP que não realizar este procedimento dentro dos 05 (cinco) minutos.

8.15. O disposto no subitem 8.14 não será aplicado quando a melhor oferta classificada tiver sido apresentada por uma microempresa – ME ou empresa de pequeno porte – EPP e nos casos previstos no art. 4º, §§1º e 2º, da Lei Federal n.º 14.133/2021.

8.16. Se não houver licitante que atenda ao subitem 8.14 e suas alíneas, permanecendo o empate, serão observados os critérios de desempate estabelecido pelo art. 60 da Lei Federal n.º 14.133/2021, nesta ordem:

**a)** disputa final, hipótese em que as licitantes empatadas poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

**b)** avaliação do desempenho contratual prévio das licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei;

**c)** desenvolvimento pela licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

**d)** desenvolvimento pela licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

8.16.1. Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

**a)** empresas estabelecidas no Estado do Rio Grande do Sul;

- b) empresas brasileiras;
- c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no Brasil;
- d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei Federal n.º 12.187/2009.

8.17. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o(a) Pregoeiro(a) poderá:

a) na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, negociar condições mais vantajosas, após definido resultado do julgamento;

b) encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta à licitante que tenha apresentado o melhor preço, após definido resultado de julgamento, para que seja obtida a melhor proposta, bem como decidir sobre a sua aceitação;

c) nas hipóteses descritas nas alíneas “a” e “b” acima, é vedada a negociação em condições diferentes das previstas no edital.

8.18. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelas demais licitantes, sendo seu resultado divulgado a todas as licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

8.18.1. Para fins de aceitação pelo(a) Pregoeiro(a), a proposta não poderá ultrapassar o valor estimado pela COMUSA à contratação no que tange ao valor unitário e total do(s) item(ns) que compõem o(s) lote(s), e o(s) produto(s) ofertado(s) deverá(ão) atender todas as condições do Edital e seus Anexos.

8.18.2. A negociação poderá ser feita com as demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando a primeira colocada, mesmo após a negociação, for desclassificada em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela COMUSA.

8.18.3. O **valor máximo aceitável** para o objeto desta licitação é o determinado no **ANEXO I** deste Edital.

8.19. Após o comunicado do(a) Pregoeiro(a), a licitante detentora da melhor oferta deverá, no prazo de **01 (um) dia útil**, enviar via sistema eletrônico a **proposta assinada (ANEXO II), devidamente adequada ao último lance ofertado ou após a negociação realizada, acompanhada:**

a) **No caso de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, da Certidão de Enquadramento de ME ou EPP, expedida pela Junta Comercial, Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas**, onde a empresa está sediada, atualizada, ou seja, **com data não superior a 90 (noventa) dias anteriores à data fixada para o início da Sessão Pública;**

a.1) **No caso de Microempreendedor Individual**, do Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI comprovará o enquadramento como Microempresa, não sendo exigido o documento descrito na alínea acima;

**b) de documentos complementares, se for o caso.**

8.19.1. É **facultado** ao(à) Pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no *chat* pela licitante, antes de findo o prazo.

8.19.2. **Ensejará a desclassificação da proposta e a aplicação de sanção prevista no item 15 deste Edital a não apresentação da:**

a) proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação; E/OU

b) no caso de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, certidão de enquadramento de ME ou EPP, expedida pela Junta Comercial, Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas, ou Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI.

8.19.3. A proposta deverá ser redigida em língua portuguesa, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pela licitante ou seu representante legal.

8.20. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas e/ou aferição da exequibilidade, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

8.20.1. Havendo necessidade, o(a) Pregoeiro(a) informará no *chat* a nova data e horário para a continuidade da sessão.

8.21. O(A) Pregoeiro(a) poderá convocar a licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de **01 (um) dia útil**, sob pena de não aceitação da proposta.

## **9 - DA FASE DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

9.1. Encerrada a etapa de negociação, o(a) Pregoeiro(a) verificará se a licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei Federal n.º 14.133/2021, legislação correlata e no item 3 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

**a)** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantidos pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes>).

9.1.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei Federal n.º 8.429/1992.

9.1.2. Constatada a existência de sanção, a licitante será reputada inabilitada, por falta de condição de participação.

9.2. Verificado se a licitante atende às condições de participação no certame, conforme subitem 9.1 acima, e de utilização do tratamento favorecido de microempresas e empresas de pequeno porte, e após análise da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para a contratação, e documentação complementar, o(a) Pregoeiro(a) anunciará a licitante vencedora.

9.2.1. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do objeto ou da área especializada no objeto.

9.2.2. Será desclassificada a proposta vencedora que:

**a)** contiver vícios insanáveis;

**b)** não obedecer às especificações técnicas contidas no ANEXO I - Termo de Referência deste Edital;

**c)** apresentar preços inexequíveis ou permanecer com valores acima do preço máximo definido para a contratação;

**d)** não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela COMUSA;

**e)** apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

9.3. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

9.4. Na hipótese da proposta ou do lance de menor valor não ser aceito ou se a licitante vencedora desatender às exigências habilitatórias, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta ou lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação na ordem de classificação, segundo o critério do menor preço, e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital.

## **10 - DA FASE DE HABILITAÇÃO**

10.1. Com base nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei Federal n.º 14.133/2021, a habilitação à presente licitação será feita mediante a apresentação dos documentos previstos no ANEXO I - Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade da licitante de executar o objeto da licitação.

10.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

10.2.1. Na hipótese de a licitante vencedora ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto Federal n.º 8.660/2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

10.3. Será verificado se a licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação:

a) a declaração de conhecimento do Edital e de que atende aos requisitos de habilitação, e a declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;

b) a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

c) a declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;

d) a declaração, sob as penas da lei, que ateste o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

10.4. Os documentos de habilitação, enviados pelo sistema eletrônico conforme subitem 5.1.4 deste Edital, serão examinados pelo(a) Pregoeiro(a), que verificará a autenticidade das certidões junto aos sites oficiais de órgãos e entidades emissores.

10.4.1. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

10.4.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei Federal n.º 14.133/2021.

10.4.3. A verificação pelo(a) Pregoeiro(a) em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

10.4.4. A entrega da documentação física original ou autenticada fica dispensada, podendo ser solicitada a qualquer momento em prazo estabelecido pelo(a) Pregoeiro(a).

10.4.5. A documentação física original ou autenticada, quando solicitada, deverá ser encaminhada aos cuidados do(a) PREGOEIRO(A) para o seguinte endereço: Av. Coronel Travassos, n.º 287, Bairro Rondônia, Novo Hamburgo/RS, CEP n.º 93.415-000.

10.4.6. No caso de documentos a serem autenticados por servidor credenciado pela COMUSA, em hipótese alguma serão procedidas autenticações na mesma data aprazada para abertura da sessão.

10.5. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, que se beneficiarem do regime diferenciado e favorecido concedido pela Lei Complementar n.º 123/2006 e na Lei Municipal n.º 2.020/2009, por ocasião da participação neste certame licitatório, **deverão apresentar toda a documentação exigida para habilitação, inclusive para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta presente alguma restrição.**

10.5.1. A Microempresa ou a Empresa de Pequeno Porte, que possuir restrição em qualquer dos documentos de regularidade fiscal ou trabalhista, terá sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação, que comprove a sua regularidade em 05 (cinco) dias úteis, a contar da data em que for declarada como vencedora do certame.

10.5.2. O prazo de que trata o subitem anterior poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da COMUSA, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

10.5.3. A não regularização da documentação, no prazo fixado no subitem 10.6, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Edital, sendo facultado à COMUSA convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

10.5.4. Caso o valor estimado do lote da disputa for superior à receita bruta máxima de

empresa de pequeno porte (R\$4.800.000,00 – quatro milhões e oitocentos mil reais), o benefício do subitem 10.5 não será aplicado, conforme art. 4º, §1º, inc. I, da Lei Federal n.º 14.133/2021.

10.5.5. A obtenção de benefícios a que se refere o subitem 10.5 fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme art. 4º, §2º, da Lei Federal n.º 14.133/2021.

10.6. Havendo a necessidade de envio de documentos complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, a licitante será convocada a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de **01 (um) dia útil**, sob pena de inabilitação.

10.7. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

**a)** complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelas licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame, na forma do entendimento do Acórdão n.º 1.211/2021 do Plenário do Tribunal de Contas da União;

**b)** atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

10.8. Na análise dos documentos de habilitação, o(a) Pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

10.9. Será julgada inabilitada a licitante vencedora que deixar de apresentar qualquer dos documentos exigidos, nas condições acima elencadas.

10.10. Se a licitante arrematante desatender as exigências habilitatórias, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta ou o lance subsequente, na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação. Se for necessário, repetirá esse procedimento, sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

## **11 - DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E DAS IMPUGNAÇÕES**

11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei Federal n.º 14.133/2021 ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

11.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser realizados exclusivamente por meio de formulário eletrônico, através do site [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br).

### **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS**

Para pedidos de impugnação de edital e esclarecimentos, a pessoa física ou jurídica deverá proceder ao preenchimento do cadastro de acesso gratuito em <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/adesao/fornecedor>, caso ainda não possua cadastro no Portal de Compras Públicas.

Para participar do processo em suas fases de disputa, deverá proceder com os demais passos de homologação e liberação de acesso disponíveis no Portal de Compras Públicas.

11.3. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

11.3.1. O(A) Pregoeiro(a) poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos Anexos para responder os pedidos de esclarecimentos e impugnações.

11.3.2. As respostas à impugnação ou ao pedido de esclarecimento vincularão os

participantes e a Autarquia.

11.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

11.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo(a) Pregoeiro(a), nos autos do processo de licitação.

11.6. Com a resposta ao pedido de esclarecimentos ou com o acolhimento da impugnação, caso a COMUSA verifique a necessidade de modificação no edital, de forma a afetar a formulação das propostas, será publicado Edital de Retificação, sendo designada nova data para realização da sessão pública, observado o prazo do art. 55 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

## **12 - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

12.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação das licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

12.2. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação da licitante:

**a)** a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente após o julgamento da respectiva fase (julgamento das propostas ou julgamento da habilitação), no prazo de 30 (trinta) minutos a ser concedido pelo(a) Pregoeiro(a), em campo próprio do sistema, sob pena de preclusão;

**b)** havendo a manifestação do interesse em recorrer, será concedido, por meio de mensagem do sistema, um único prazo para apresentação das razões recursais, de 3 (três) dias úteis, contados da data sessão pública em que for proferida a decisão final sobre a análise dos documentos habilitatórios e resultado do certame ou da intimação, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar contrarrazões no prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

12.3. Caso a licitante vencedora seja ME ou EPP, e tiver apresentado certidão fiscal e/ou trabalhista com restrição na fase de habilitação, a abertura da fase recursal em relação ao resultado do certame ocorrerá após os prazos de regularização fiscal e/ou trabalhista de que trata o subitem 10.6 deste Edital.

12.4. A falta de manifestação imediata da licitante, no prazo concedido na sessão pública, importará a preclusão do direito de recurso.

12.5. As razões do recurso e das contrarrazões deverão ser apresentadas por escrito, mediante formulário próprio do sistema eletrônico, e endereçadas ao(à) Pregoeiro(a) que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso e eventuais contrarrazões para o Diretor-Geral, o qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.6. Não serão conhecidos os recursos interpostos após os respectivos prazos legais, ou que contenham vícios insanáveis, bem como os encaminhados por fax, correio, e-mail ou entregues presencialmente.

12.7. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.8. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos autos insuscetíveis de aproveitamento.

12.9. Decididos os recursos, caberá ao(a) Pregoeiro(a) encaminhar o processo devidamente instruído ao Diretor-Geral e propor a adjudicação e homologação, com vistas à contratação.

## **13 - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

13.1. Encerradas as fases de julgamento das propostas e da habilitação, e exauridos os recursos administrativos, a adjudicação do objeto e a homologação da licitação em favor da licitante vencedora serão procedidas pelo Diretor-Geral, após o recebimento do processo

licitatório concluído pelo(a) Pregoeiro(a) e equipe de apoio, e registrada em ata.

13.2. Após a homologação, estarão disponíveis na internet as propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares.

#### **14 - DO EMPENHO E DO CONTRATO**

14.1. O instrumento de contrato será substituído por nota de empenho de despesa, conforme faculta o art. 95, inc. II, da Lei Federal n.º 14.133/2021, para a aquisição do objeto.

14.1.1. É condição para celebração da contratação a manutenção das condições de habilitação pela licitante vencedora.

14.1.2. Antes de formalizar ou prorrogar a vigência da contratação, a COMUSA deverá verificar a regularidade fiscal da CONTRATADA, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.

14.2. Homologada a licitação, a COMUSA convocará a licitante vencedora para aceitar o empenho, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do dia seguinte ao recebimento da convocação expressa e formal, o qual constitui, neste procedimento, documento hábil à formalização da contratação do objeto.

14.2.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da licitante durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela COMUSA.

14.3. Decairá do direito à contratação a licitante que, regularmente convocada, não aceitar o empenho no prazo estipulado no subitem 14.2 deste Edital, ou ainda, não mantiver as mesmas condições de habilitação, não apresentar situação regular perante as Fazendas Nacional, Estadual e Municipal, a Justiça do Trabalho, o sistema da Seguridade Social (INSS) e/ou ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), ficando caracterizado o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se a mesma às sanções previstas no presente Edital.

14.4. Nos termos do disposto no §2º do art. 90 da Lei Federal n.º 14.133/2021, será facultado à COMUSA, quando a convocada não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração da contratação nas condições propostas pela licitante vencedora.

14.5. A licitante eventualmente convocada, na hipótese do disposto no subitem 14.4 deste Edital, caso aceite a convocação, ficará sujeita às mesmas obrigações e penalidades, sob pena da COMUSA aplicar as penalidades previstas no item 15 deste Edital.

14.6. Não se aplicará as sanções da parte final do subitem 14.3 deste Edital às licitantes remanescentes convocadas que não aceitarem as mesmas condições da proposta vencedora ou se recusem a negociar na forma da alínea “a” do subitem 14.7 deste Edital.

14.7. Na hipótese de nenhuma das licitantes aceitar a contratação nos termos do subitem 14.4 deste Edital, a COMUSA, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

a) convocar as licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço da adjudicatária;

b) adjudicar e celebrar a contratação nas condições ofertadas pelas licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

#### **15 - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

15.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, a licitante que, com dolo ou culpa:

15.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo(a) Pregoeiro(a) durante o certame.

15.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:

- a) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
  - b) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
  - c) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
  - d) deixar de apresentar amostra, quando exigida;
  - e) apresentar proposta ou amostra (quando exigida) em desacordo com as especificações do edital; ou
  - f) deixar de atender à diligência realizada pelo(a) Pregoeiro(a).
- 15.1.3. Não celebrar o Contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:
- a) recusar-se, sem justificativa, a assinar o Contrato ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela COMUSA.
- 15.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.
- 15.1.5. Fraudar a licitação.
- 15.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- a) agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
  - b) induzir deliberadamente a erro no julgamento; ou
  - c) apresentar amostra (quando exigida) falsificada ou deteriorada.
- 15.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.
- 15.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal n.º 12.846/2013.
- 15.2. Com fulcro no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133/2021, a COMUSA poderá, garantida a prévia defesa e o contraditório, aplicar ao responsável pelas infrações administrativas as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 15.2.1. Advertência.
- 15.2.2. Multa.
- 15.2.3. Impedimento de licitar e contratar.
- 15.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 15.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 15.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.
  - 15.3.2. As peculiaridades do caso concreto.
  - 15.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes.
  - 15.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública.
  - 15.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 15.4. A advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa de inexecução parcial do contrato causada pela CONTRATADA, quando não se justificar a aplicação de penalidade mais grave.
- 15.5. A multa será aplicada em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado.
- 15.5.1. Para as infrações previstas nos subitens 15.1.1, 15.1.2 e 15.1.3 deste Edital, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
- 15.5.2. Para as infrações previstas nos subitens 15.1.4, 15.1.5, 15.1.6, 15.1.7 e 15.1.8 deste Edital, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 15.5.3. Antes da aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de sua intimação.
- 15.5.4. As multas e as indenizações cabíveis poderão ser descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela COMUSA à CONTRATADA.
- 15.5.5. Caso não seja possível o desconto previsto no subitem 15.5.4 deste Edital, previamente ao encaminhamento da cobrança judicial, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 15.6. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, com a

penalidade de multa.

15.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos subitens 15.1.1, 15.1.2 e 15.1.3 deste Edital, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Novo Hamburgo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

15.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos subitens 15.1.4, 15.1.5, 15.1.6, 15.1.7 e 15.1.8 deste Edital, bem como pelas infrações administrativas previstas nos subitens 15.1.1, 15.1.2 e 15.1.3 deste Edital que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção prevista no subitem 15.2.3 deste Edital, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

15.9. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

15.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará a licitante ou a adjudicatária para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

15.10.1. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, a licitante ou a CONTRATADA poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação.

15.10.2. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

15.11. Na hipótese de aplicação da sanção de multa, o Gabinete do Diretor-Geral providenciará a intimação da licitante, por meio eletrônico, facultando a apresentação de defesa.

15.12. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contados da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação ao Diretor-Geral, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

15.13. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

15.14. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final do Diretor-Geral. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o Contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente, convocada dentro do prazo de validade da proposta estabelecido pela COMUSA, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e a sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor da COMUSA.

## **16 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

16.1. As normas disciplinadoras deste Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da COMUSA, a finalidade e a segurança da contratação.

16.2. É facultado ao Pregoeiro oficial, auxiliado pela Equipe de Apoio, ou à Autoridade Superior proceder, em qualquer fase da licitação, diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, conforme previsão do artigo 64 da Lei Federal n.º 14.133/2021, e na forma do entendimento do Acórdão n.º 1.211/2021 do Plenário do Tribunal

de Contas da União.

16.2.1. A ausência de alguma informação em documento exigido poderá ser suprida pelo(a) Pregoeiro(a), se os dados existirem em outro documento.

16.3. O(A) Diretor(a)-Geral da COMUSA poderá revogar esta licitação por razões de interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar a revogação, e deverá anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, por meio de ato escrito e fundamentado.

16.3.1. As licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito da CONTRATADA de boa-fé ao ressarcimento dos encargos que tiver suportado no cumprimento do Contrato.

16.4. Sempre que constar neste instrumento o termo “fiscalização”, este se refere à fiscalização a ser exercida por servidor ou comissão de servidores designados para este fim específico, que terá autoridade para exercer toda e qualquer ação de orientação geral, bem como de controle da execução contratual.

16.5. A prática de atos ilícitos visando frustrar os objetivos desta licitação sujeita o agente às sanções previstas no art. 178 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

16.6. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei Federal n.º 14.133/2021.

16.7. A critério da COMUSA, o objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimos ou supressões, de acordo com os artigos 124, inc. I, e 125 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

16.8. Os casos omissos serão resolvidos pelo(a) Pregoeiro(a), que decidirá com base na legislação em vigor.

16.9. A COMUSA não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.

16.10. São partes integrantes deste Edital:

**a) ANEXO I - Termo de Referência;**

**b) ANEXO II - Proposta Comercial;**

16.11. A presente licitação rege-se pela Lei Federal n.º 14.133/2021, com aplicação subsidiária do Decreto Municipal n.º 10.652/2023, da Lei Complementar n.º 123/2006, da Lei Municipal n.º 2.020/2009, com aplicação subsidiária do Decreto Federal n.º 8.538/2015, e suas respectivas alterações posteriores, sendo declarado competente o Foro desta Comarca para dirimir controvérsias emergentes da presente licitação.

16.12. O horário de expediente da COMUSA é de segunda à sexta-feira, das 08h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min. Nos meses de dezembro/2024 a fevereiro/2025, a COMUSA terá horário diferenciado nas segundas e sextas-feiras, sendo nas segundas das 12h às 18h e nas sextas das 08h às 14h.

Novo Hamburgo, 05 de dezembro de 2024.

**Márcio Lüders dos Santos**  
Diretor-Geral

**Sérgio Giugno**  
Diretor Técnico

**ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA  
 PREGÃO ELETRÔNICO N.º 29/2024 – COMUSA  
 ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO, QUANTIDADES, CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1 - OBJETO**

1.1. O objeto do presente Termo de Referência é a aquisição de ferramentas manuais e elétricas para uso das equipes de diversos setores da COMUSA – Serviços de Água e Esgoto de Novo Hamburgo

1.2. Os produtos deverão, obrigatoriamente, seguir as especificações, quantidades e características técnicas constantes neste Termo de Referência, conforme a Tabela 1 abaixo:

**Tabela 1 – Descrição das ferramentas manuais e elétricas**

Lote	Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor unitário R\$	Valor total R\$
1	1	Alavanca De Aço Sextavado 1"X1,8m	PÇ	30	273,48	8.204,40
	2	Alicate Cortador De Tubo 42mm	PÇ	32	60,07	1.922,24
	3	Alicate De Bico Meia Cana Reto 6 Pol.	PÇ	2	29,90	59,80
	4	Alicate De Corte Diagonal 6 Pol.	PÇ	2	32,45	64,90
	5	Alicate De Pressão Mordente Triangular 10 Pol.	PÇ	2	57,85	115,70
	6	Alicate Universal 8 Pol. Em Cr-V Isolado E Com Cortador De Arame	PÇ	30	32,19	965,70
	7	Arco De Serra Tubular 300mm (12")	PÇ	66	25,90	1.709,40
	8	Caixa De Ferramentas Sanfonada 5 Gavetas	PÇ	66	145,90	9.629,40
<b>TOTAL LOTE 1</b>						<b>22.671,54</b>
2	1	Chave Ajustável 8" - 200mm Cromada	PÇ	23	25,81	593,63
	2	Alicate Bomba D Água 10 Pol.	PÇ	84	34,86	2.928,24
	3	Chave Combinada 28 Em Aço Cromo-Vanádio	PÇ	12	37,90	454,80
	4	Chave Combinada 30 Em Aço Cromo-Vanádio	PÇ	12	48,00	576,00
	5	Chave Combinada 32 Em Aço Cromo-Vanádio	PÇ	12	49,50	594,00
	6	Chave Combinada Catraca 22 Em Aço Cromo-Vanádio	PÇ	12	122,77	1.473,24
	7	Chave Combinada Catraca 24 Em Aço Cromo-Vanádio	PÇ	12	160,92	1.931,04
	8	Torquês Armador 12"	PÇ	2	51,92	103,84
<b>TOTAL LOTE 2</b>						<b>8.654,79</b>
3	1	Chave Combinada Catraca 30 Em Aço Cromo-Vanádio	PÇ	12	231,95	2.783,40
	2	Chave De Fenda 1/4x6" Em Aço Cromo-Vanádio	PÇ	35	10,48	366,80
	3	Chave De Fenda 1/8x6" Em Aço Cromo-Vanádio	PÇ	33	8,85	292,05
	4	Chave De Fenda 3/16x6" Em Aço Cromo-Vanádio	PÇ	45	8,81	396,45
	5	Chave De Fenda 5/16x8" Em Aço Cromo-Vanádio	PÇ	12	10,50	126,00
	6	Chave Fixa 12x13 Em Aço Cromo-Vanádio	PÇ	26	15,41	400,66
	7	Chave Fixa 14x15 Em Aço Cromo-Vanádio	PÇ	26	15,10	392,60
	8	Chave Fixa 16x17 Em Aço Cromo-Vanádio	PÇ	26	16,21	421,46
<b>TOTAL LOTE 3</b>						<b>5.179,42</b>
	1	Chave Fixa 18x19 Em Aço Cromo-Vanádio	PÇ	26	19,58	509,08
	2	Chave Fixa 20x22 Em Aço Cromo-Vanádio	PÇ	26	17,00	442,00

4	3	Chave Grifo 10 Polegadas	PÇ	4	46,82	187,28
	4	Chave Grifo 12 Polegadas	PÇ	29	38,90	1.128,10
	5	Trena Em Aço C/ Trava 5m X 19mm	PÇ	51	15,70	800,70
	6	Chave Grifo 14 Polegadas	PÇ	4	44,71	178,84
	7	Chave Grifo 18 Polegadas	PÇ	4	104,57	418,28
	8	Chave Grifo 24 Polegadas	PÇ	4	196,31	785,24
	9	Chave Grifo 36 Polegadas	PÇ	4	284,98	1.139,92
					<b>TOTAL LOTE 4</b>	<b>5.589,44</b>
5	1	Chave Grifo 8 Polegadas	PÇ	4	71,88	287,52
	2	Chave Philips 1/4x6" Em Aço Cromo-Vanádio	PÇ	35	14,59	510,65
	3	Chave Philips 1/8x6" Em Aço Cromo-Vanádio	PÇ	35	10,19	356,65
	4	Chave Philips 3/16x6" Em Aço Cromo-Vanádio	PÇ	45	9,87	444,15
	5	Colher De Pedreiro 10" Redonda Em Aço Com Cabo Em Madeira	PÇ	37	17,29	639,73
	6	Enxada Goivada Larga Com Cabo 1,5m	PÇ	61	65,61	4.002,21
	7	Escova De Aço 4 Fileiras Com Cabo De Madeira	PÇ	48	7,34	352,32
					<b>TOTAL LOTE 5</b>	<b>6.593,23</b>
6	1	Facão 18"Com Cabo De Polipropileno	PÇ	2	27,94	55,88
	2	Formao 1" Em Aço Cr-V	PÇ	3	15,80	47,40
	3	Trena Em Aço C/ Trava 7,5m X 25mm	PÇ	64	19,65	1.257,60
	4	Trena Em Aço C/ Trava 10m X 25mm	PÇ	2	31,20	62,40
	5	Jogo Brocas Videa 7 Peças 3 A 10mm	PÇ	3	52,90	158,70
	6	Jogo Chaves Combinadas 6 Mm A 32 Mm Com 12 Peças	PÇ	2	199,00	398,00
	7	Jogo De 12 Chaves Combinadas C/ Catraca 10 A 19mm	PÇ	11	556,42	6.120,62
	8	Jogo De Chaves Allen 1/16" A 3/8", Abauladas Com 12 Peças Em L	PÇ	2	59,33	118,66
	9	Jogo De Chaves Estrelas 12 Peças 6 A 32mm	PÇ	2	392,39	784,78
					<b>TOTAL LOTE 6</b>	<b>9.004,04</b>
7	1	Jogo De Soquete Estriado (Cachimbo) Encaixe 1/2" 8mm X 32mm Com 22 Peças	PÇ	2	340,25	680,50
	2	Lâmina De Serra Manual 12"	PÇ	750	9,83	7.372,50
	3	Lima Chata Bastarda 8 Pol Com Cabo	PÇ	2	43,34	86,68
	4	Lima Grossa 10" Com Cabo	PÇ	50	33,77	1.688,50
	5	Machadinha De Unha 600g Cabo Madeira	PÇ	11	34,42	378,62
	6	Marreta 1kg	PÇ	41	33,90	1.389,90
	7	Marreta 2kg	PÇ	40	62,90	2.516,00
	8	Martelo Unha 20mm	PÇ	3	25,59	76,77
	9	Pá Ajuntadeira De Bico Frankfurt Vd 102-2 Com Cabo	PÇ	50	41,48	2.074,00
					<b>TOTAL LOTE 7</b>	<b>16.263,47</b>
8	1	Pá Ajuntadeira Quadrada Vd201-2 Com Cabo	PÇ	50	39,90	1.995,00
	2	Pá De Corte Quadrada Vanga Com Cabo Terminal Y	PÇ	42	52,00	2.184,00
	3	Picareta Ponta Pá Estreita Tamanho N.5 Com Cabo 90cm	PÇ	27	106,49	2.875,23
	4	Talhadeira De Aço 3/4" X 12"	PÇ	60	40,53	2.431,80
	5	Tarraxa Para Cano De Pvc 1" Com Haste	PÇ	38	38,44	1.460,72
	6	Tarraxa Para Cano De Pvc 3/4" Com Haste	PÇ	48	31,89	1.530,72
					<b>TOTAL LOTE 8</b>	<b>12.477,47</b>

9	1	Estrangulador Para Tubos Pead 63 A 90mm De Fuso Central Com Rosca Trapezoidal, Em Aço Galvanizado	PÇ	6	6.025,15	36.150,90
	2	Estrangulador Com Sistema Hidráulico (Squeeze Off Tool) Para Tubos Pead 63 A 125mm	PÇ	4	9.327,00	37.308,00
	3	Estrangulador Tipo Capa Bode 3/4"	PÇ	61	146,88	8.959,68
	4	Estrangulador Tipo Morcinha 3/4"-1"	PÇ	60	239,00	14.340,00
	5	Apontador Tubo Pead 20mm	PÇ	62	126,90	7.867,80
<b>TOTAL LOTE 9</b>						<b>104.626,38</b>
10	1	Cabo De Pa Para Reposição Reto 1,20m	PÇ	44	19,37	852,28
	2	Cavadeira Simples Reta Com Cabo 1,2m	PÇ	28	44,25	1.239,00
	3	Chave Combinada Catraca 21 Em Aço Cromo-Vanádio	PÇ	10	99,90	999,00
	4	Chave Combinada Catraca 32 Em Aço Cromo-Vanádio	PÇ	12	230,51	2.766,12
	5	Chave De Cano 9" Tipo Jacaré	PÇ	62	65,00	4.030,00
	6	Chave Fixa 22x24 Em Aço Cromo-Vanádio	PÇ	26	45,60	1.185,60
	7	Facão 12"com Cabo De Polipropileno	PÇ	12	19,47	233,64
	8	Facão 16"com Cabo De Polipropileno	PÇ	16	16,90	270,40
	9	Lamina De Serra Sabre Bi-Metal 12" x 6 dpp	PÇ	60	74,85	4.491,00
	10	Ponteiro Redondo De Aço 3/4" X 12"	PÇ	32	25,19	806,08
	11	Vassoura Rastelo De Aço Fixa 22 Dentes Com Cabo	PÇ	23	29,90	687,70
	12	Serrote Manual De Poda 12" Em Aço	PÇ	28	32,90	921,20
	13	Aplicador Rígido (chave) sext 40cm c/rosca fêmea para obstrutor de borracha	PÇ	20	79,00	1.580,00
	14	Aplicador Rígido (chave) sext 20cm c/rosca femea para obstrutor de borracha	PÇ	20	59,00	1.180,00
	15	Aplicador Flexível (chave) sext 1,0m c/rosca femea para obstrutor de borracha	PÇ	5	179,00	895,00
<b>TOTAL LOTE 10</b>						<b>22.137,02</b>
11	1	Podador Aparador De Cerca Viva A Gasolina 2T; 1HP	PÇ	1	1.088,14	1.088,14
	2	Esmerilhadeira Angular De 4.1/2 Pol. 220V	PÇ	2	204,03	408,06
	3	Martelete Rompedor Perfurador 220V	PÇ	1	538,70	538,70
	4	Parafusadeira Furadeira De Impacto 1/2 Pol. Com Bateria	PÇ	5	869,90	4.349,50
	5	Serra Tico Tico 220V	PÇ	1	303,30	303,30
	6	Moto Esmeril De Bancada 6Pol. 1/2cv; 220V	PÇ	1	499,00	499,00
	7	Parafusadeira E Furadeira 1/4" Com Bateria, Carregador E Maleta - Bivolt	PÇ	2	409,69	819,38
	8	Furadeira Profissional De Impacto 1/2" ,750W; 220V	PÇ	2	318,00	636,00
	9	Lanterna De Uso Na Cabeça, Até 300 Lumens, IP65	PÇ	22	77,90	1.713,80
	10	Lanterna Profissional Led 140 Lumens Com Bateria	PÇ	12	121,86	1.462,32
	11	Trena Laser Alcance 40m Com Bolsa Protetora	PÇ	3	393,00	1.179,00
	12	Pistola De Pintura HVLP Para Pintura Spray, 220V	PÇ	2	393,10	786,20
<b>TOTAL LOTE 11</b>						<b>13.783,40</b>
<b>TOTAL GERAL R\$</b>						<b>226.980,20</b>

1.2.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 226.980,20 (duzentos e vinte e seis mil, novecentos e oitenta reais e vinte centavos), conforme a soma dos valores unitários apostos

nas tabelas acima.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme artigo 27 do Decreto Municipal n.º 10.652/2023, e Decreto Federal n.º 10.818, de 27 de setembro de 2021, ou que vier a substituí-lo.

1.4. O objeto desta contratação é caracterizado como comum, cujos padrões de desempenho e qualidade são objetivamente definidos neste Termo de Referência, por meio de especificações usuais no mercado.

1.5. Em razão do Plano de Contratações Anual não ter sido elaborado para o exercício 2024, informo que o processo seguirá com a aprovação do(a) Diretor Técnico e da Junta Financeira Especial, conforme despacho nos autos.

#### 1.6. ADJUDICAÇÃO

a) Menor valor por Lote.

b) Justificativa: Os valores unitários de cada item não são de grande vulto, deste modo a aquisição por item diminuiria o interesse dos fornecedores, podendo acarretar itens desertos e/ou fracassados. Com o agrupamento por lotes, e por consequência aumento dos valores de referência, presume-se o aumento da competitividade e almeja-se a contemplação de todos os itens.

1.6.1. Deverão ser cotados todos os itens que compõem o respectivo lote da tabela 1, em decorrência de o julgamento ser pelo menor preço por lote, sob pena de desclassificação integral da proposta para o respectivo lote.

1.7. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar - ETP, constante deste processo de contratação, divulgado no Portal Nacional de Compras Públicas - PNCP.

#### 1.8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

1.8.1 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, constante deste processo de contratação, divulgado no Portal Nacional de Compras Públicas - PNCP.

1.9. **ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:** A critério da **COMUSA**, o objeto da presente contratação poderá sofrer acréscimos ou supressões, de acordo com os artigos 124, inc. I, e 125 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

## 2 - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

a) Os itens deverão conter identificação de marca e modelo fixo no corpo de cada ferramenta.

b) Todos os itens deverão ser fornecidos em estado de novos, com a embalagem integra e adequada a cada item.

c) Todos os modelos de ferramentas listadas no subitem 2.1 deverão ser de linha Profissional.

d) Os itens denominados "Jogo de ferramentas" (lotes 6 e 7), serão aceitos quando ofertado com o número de peças mínimo indicado ou com mais peças que a descrição de cada um.

e) Os materiais construtivos dos itens deverão seguir as especificações, conforme subitem 8, e serão aceitos apenas itens com qualidade semelhante ou superior ao especificado para cada item.

2.1. As ferramentas manuais a serem adquiridas são as relacionadas na tabela abaixo, com as seguintes especificações e quantidades:

Lote	Item	Descrição	Unidade	Quantidade
1	1	Alavanca De Aço Sextavado 1"X1,8m	PÇ	30
	2	Alicate Cortador De Tubo 42mm	PÇ	32
	3	Alicate De Bico Meia Cana Reto 6 Pol.	PÇ	2
	4	Alicate De Corte Diagonal 6 Pol.	PÇ	2
	5	Alicate De Pressão Mordente Triangular 10 Pol.	PÇ	2
	6	Alicate Universal 8 Pol. Em Cr-V Isolado E Com Cortador De Arame	PÇ	30
	7	Arco De Serra Tubular 300mm (12")	PÇ	66
	8	Caixa De Ferramentas Sanfonada 5 Gavetas	PÇ	66
2	1	Chave Ajustável 8" - 200mm Cromada	PÇ	23
	2	Alicate Bomba D Água 10 Pol.	PÇ	84
	3	Chave Combinada 28 Em Aço Cromo-Vanádio	PÇ	12
	4	Chave Combinada 30 Em Aço Cromo-Vanádio	PÇ	12
	5	Chave Combinada 32 Em Aço Cromo-Vanádio	PÇ	12
	6	Chave Combinada Catraca 22 Em Aço Cromo-Vanádio	PÇ	12
	7	Chave Combinada Catraca 24 Em Aço Cromo-Vanádio	PÇ	12
	8	Torquês Armador 12"	PÇ	2
3	1	Chave Combinada Catraca 30 Em Aço Cromo-Vanádio	PÇ	12
	2	Chave De Fenda 1/4x6" Em Aço Cromo-Vanádio	PÇ	35
	3	Chave De Fenda 1/8x6" Em Aço Cromo-Vanádio	PÇ	33
	4	Chave De Fenda 3/16x6" Em Aço Cromo-Vanádio	PÇ	45
	5	Chave De Fenda 5/16x8" Em Aço Cromo-Vanádio	PÇ	12
	6	Chave Fixa 12x13 Em Aço Cromo-Vanádio	PÇ	26
	7	Chave Fixa 14x15 Em Aço Cromo-Vanádio	PÇ	26
	8	Chave Fixa 16x17 Em Aço Cromo-Vanádio	PÇ	26
4	1	Chave Fixa 18x19 Em Aço Cromo-Vanádio	PÇ	26
	2	Chave Fixa 20x22 Em Aço Cromo-Vanádio	PÇ	26
	3	Chave Grifo 10 Polegadas	PÇ	4
	4	Chave Grifo 12 Polegadas	PÇ	29
	5	Trena Em Aço C/ Trava 5m X 19mm	PÇ	51
	6	Chave Grifo 14 Polegadas	PÇ	4
	7	Chave Grifo 18 Polegadas	PÇ	4
	8	Chave Grifo 24 Polegadas	PÇ	4
	9	Chave Grifo 36 Polegadas	PÇ	4
5	1	Chave Grifo 8 Polegadas	PÇ	4
	2	Chave Philips 1/4x6" Em Aço Cromo-Vanádio	PÇ	35
	3	Chave Philips 1/8x6" Em Aço Cromo-Vanádio	PÇ	35
	4	Chave Philips 3/16x6" Em Aço Cromo-Vanádio	PÇ	45
	5	Colher De Pedreiro 10" Redonda Em Aço Com Cabo Em Madeira	PÇ	37

	6	Enxada Goivada Larga Com Cabo 1,5m	PÇ	61
	7	Escova De Aço 4 Fileiras Com Cabo De Madeira	PÇ	48
6	1	Facão 18"Com Cabo De Polipropileno	PÇ	2
	2	Formao 1" Em Aço Cr-V	PÇ	3
	3	Trena Em Aço C/ Trava 7,5m X 25mm	PÇ	64
	4	Trena Em Aço C/ Trava 10m X 25mm	PÇ	2
	5	Jogo Brocas Videa 7 Peças 3 A 10mm	PÇ	3
	6	Jogo Chaves Combinadas 6 Mm A 32 Mm Com 12 Peças	PÇ	2
	7	Jogo De 12 Chaves Combinadas C/ Catraca 10 A 19mm	PÇ	11
	8	Jogo De Chaves Allen 1/16" A 3/8", Abauladas Com 12 Peças Em L	PÇ	2
	9	Jogo De Chaves Estrelas 12 Peças 6 A 32mm	PÇ	2
7	1	Jogo De Soquete Estriado (Cachimbo) Encaixe 1/2" 8mm X 32mm Com 22 Peças	PÇ	2
	2	Lâmina De Serra Manual 12"	PÇ	750
	3	Lima Chata Bastarda 8 Pol Com Cabo	PÇ	2
	4	Lima Grossa 10" Com Cabo	PÇ	50
	5	Machadinha De Unha 600g Cabo Madeira	PÇ	11
	6	Marreta 1kg	PÇ	41
	7	Marreta 2kg	PÇ	40
	8	Martelo Unha 20mm	PÇ	3
	9	Pá Ajuntadeira De Bico Frankfurt Vd 102-2 Com Cabo	PÇ	50
8	1	Pá Ajuntadeira Quadrada Vd201-2 Com Cabo	PÇ	50
	2	Pá De Corte Quadrada Vanga Com Cabo Terminal Y	PÇ	42
	3	Picareta Ponta Pá Estreitata Tamanho N.5 Com Cabo 90cm	PÇ	27
	4	Talhadeira De Aço 3/4" X 12"	PÇ	60
	5	Tarraxa Para Cano De Pvc 1" Com Haste	PÇ	38
	6	Tarraxa Para Cano De Pvc 3/4" Com Haste	PÇ	48
9	1	Estrangulador Para Tubos Pead 63 A 90mm De Fuso Central Com Rosca Trapezoidal, Em Aço Galvanizado	PÇ	6
	2	Estrangulador Com Sistema Hidráulico (Squeeze Off Tool) Para Tubos Pead 63 A 125mm	PÇ	4
	3	Estrangulador Tipo Capa Bode 3/4"	PÇ	61
	4	Estrangulador Tipo Morcinha 3/4"-1"	PÇ	60
	5	Apontador Tubo Pead 20mm	PÇ	62
10	1	Cabo De Pa Para Reposição Reto 1,20m	PÇ	44
	2	Cavadeira Simples Reta Com Cabo 1,2m	PÇ	28
	3	Chave Combinada Catraca 21 Em Aço Cromo-Vanádio	PÇ	10
	4	Chave Combinada Catraca 32 Em Aço Cromo-Vanádio	PÇ	12
	5	Chave De Cano 9" Tipo Jacaré	PÇ	62
	6	Chave Fixa 22x24 Em Aço Cromo-Vanádio	PÇ	26

	7	Facão 12"com Cabo De Polipropileno	PÇ	12	
	8	Facão 16"com Cabo De Polipropileno	PÇ	16	
	9	Lamina De Serra Sabre Bi-Metal 12" x 6 dpp	PÇ	60	
	10	Ponteiro Redondo De Aço 3/4" X 12"	PÇ	32	
	11	Vassoura Rastelo De Aço Fixa 22 Dentes Com Cabo	PÇ	23	
	12	Serrote Manual De Poda 12" Em Aço	PÇ	28	
	13	Aplicador Rígido (chave) sext 40cm c/rosca femea para obstrutor de borracha	PÇ	20	
	14	Aplicador Rígido (chave) sext 20cm c/rosca femea para obstrutor de borracha	PÇ	20	
	15	Aplicador Flexível (chave) sext 1,0m c/rosca femea para obstrutor de borracha	PÇ	5	
	11	1	Podador Aparador De Cerca Viva A Gasolina 2T; 1HP	PÇ	1
		2	Esmerilhadeira Angular De 4.1/2 Pol. 220V	PÇ	2
		3	Martelete Rompedor Perfurador 220V	PÇ	1
		4	Parafusadeira Furadeira De Impacto 1/2 Pol. Com Bateria	PÇ	5
		5	Serra Tico Tico 220V	PÇ	1
6		Moto Esmeril De Bancada 6Pol. 1/2cv; 220V	PÇ	1	
7		Parafusadeira E Furadeira 1/4" Com Bateria, Carregador E Maleta - Bivolt	PÇ	2	
8		Furadeira Profissional De Impacto 1/2" ,750W; 220V	PÇ	2	
9		Lanterna De Uso Na Cabeça, Até 300 Lumens, IP65	PÇ	22	
10		Lanterna Profissional Led 140 Lumens Com Bateria	PÇ	12	
11		Trena Laser Alcance 40m Com Bolsa Protetora	PÇ	3	
12		Pistola De Pintura HVLP Para Pintura Spray, 220V	PÇ	2	

2.2. As ferramentas elétricas, a serem adquiridas no lote 11, são as relacionadas na tabela abaixo, com as seguintes especificações, quantidades e modelos de referência:

Item	Ferramentas elétricas	Modelo Referência	Especificação	Unidade	Quantidade
1	Podador Aparador de Cerca Viva a Gasolina 2T; 1HP	HS 45 - STIHL	Cilindrada min. 25 cm <sup>3</sup> ; Potência: 0,75 kW / 1,0 HP; Comprimento de corte min. 45 cm / 18"; Capacidade do tanque de combustível min. 0,2 litros;	PÇ	1
2	Esmerilhadeira Angular de 4.1/2 Pol. 220V	GWS 850 - BOSCH	Com Chave de aperto; 01 Porca de apoio; 01 Porca de aperto; 01 Capa protetora; 01 Punho auxiliar; Potência nominal min. 800W; Nº de rotações em vazio: min. 11.000 r.p.m.; Diâmetro do disco: 115mm; Rosca do eixo de esmerilhamento: M 14;	PÇ	2

3	Martelete Rompedor Perfurador 220V	Makita HR2470 800W	Tipo de encaixe: SDS Plus; Empunhadura com cabo emborrachado; com Maleta de transporte Mandril de engate rápido; Limitador de profundidade; Ø de perfuração em concreto: min. 24 mm; Potência min. 800W; Tensão 220V;	PÇ	1
4	Parafusadeira Furadeira de Impacto 1/2 Pol. com bateria	DEWALT-DCD7781L1-BR	Parafusadeira Furadeira Brushless Elétrica de Impacto 1/2 Pol.; Motor Brushless (Sem escovas de carvão); Mandril: 1/2 Pol. (13mm) Torque mínimo: 60N/m; Bateria de ions-lítio com min. 2Ah; 1 Carregador Bivolt; com Bolsa ou maleta de transporte;	PÇ	5
5	Serra Tico Tico 220V	TTV800 - VONDER	Tensão: 220V; Potência min. 800W; Frequência: 60Hz; Velocidade de curso sem carga: 800 - 3000GPM; Capacidade de corte 90° (madeira):no min. 80mm; Capacidade de corte 90° (aço): no min. 10mm; Tipo de encaixe da lâmina da serra tico-tico: Tipo "M" e tipo "T"	PÇ	1
6	Moto Esmeril de Bancada 6Pol. 1/2cv; 220V	MMI-50 360W - MOTOMIL	Diâmetro do rebolo: 6"; 220V Rotação do motor: 3570RPM; Frequência: 60Hz; Velocidade com carga: 3090RPM; Potência absorvida: 360W; <ul style="list-style-type: none"> <li>• Rolamento blindado e partida rápida</li> <li>• Equipado com chave liga/desliga, com voltagem única</li> <li>• Cabo com plug conforme especificação do inmetroProtetor visual ajustável</li> <li>• Sistema de proteção dos rebolos e direcional de fagulhas</li> <li>• Apoio do esmeril ajustável;</li> </ul>	PÇ	1
7	Parafusadeira e Furadeira 1/4" com Bateria, Carregador e Maleta - Bivolt	Bosch 1/4" GSR 1000 - 12V	Mandril: 1/4"; Bateria de ion-lítio com capacidade min. 1,5Ah; controle preciso de velocidade, uma luz de LED para iluminar espaços mais sombrios e um indicador eficiente de nível de bateria, punho emborrachado.	PÇ	2

8	Furadeira profissional de impacto 1/2" ,750W; 220V	Bosch GSB 13 RE - 750W	Furadeira profissional de impacto para trabalho pesado; Mínimo de 700W de potência; 220V; Torque nominal min. 1,5Nm; Botão trava para trabalhos contínuos; Interruptor com velocidade variável Mandril: ½ "(13mm); Empunhadura emborrachada Carcaça reforçada; Incluso no fornecimento: 01 Maleta 01 manual de instruções 01 Empunhadura auxiliar 01 Chave de mandril 01 Limitador de Profundidade	PÇ	2
9	Lanterna de uso na cabeça, Até 300 Lumens, IP65	Vonder Lcv 300	a) Lanterna de cabeça com cinta de fixação e fivela de ajuste; b) Luz Branca de Led, com 300 lumens por 2h; c) Mínimo de 2 modos de brilho; d) Resistente a impacto, água e poeira, mínimo IP65 e IK07; e) Bateria recarregável (de íons de lítio) com mínimo de 1500mAh; f) Com bateria e carregador compatíveis, ou cabo USB; g) O equipamento deverá conter fixada placa de identificação com a marca, modelo e potência.	PÇ	22
10	Lanterna profissional led 140 lumens com bateria	Max Scl020-b2 Com Bateria Sb201-br - Stanley	min. 140 Lumens, bateria e carregador inclusos de íons de lítio 1,5Ah	PÇ	12
11	Trena Laser alcance 40m com bolsa protetora	Bosch GLM 40	IP 54, Faixa de medição 0,2 – 40,00 m; Tempo de medição máx. 4 s; Unidades de medição m/cm, pés/polegada; Precisão de medição min.± 2 mm	PÇ	3
12	Pistola de Pintura HVLP para pintura spray, 220V	DEKO-DKSG55K1	Tipo: HVLP; Volume do copo: min. 800ml; Tensão: 220V; Frequência: 60Hz; Potência min. 260W; 3 tipos de jato de tinta: Vertical, horizontal e circular;	PÇ	2

2.3. Os modelos de referência acima apresentados são apenas modelos existentes no mercado que atendem a todas as especificações mínimas exigidas neste Termo de Referência, podendo ser aceitas propostas de outras fabricantes com especificações similares ou superiores.

#### 2.4. TRANSPORTE DO PRODUTO

2.4.1. **CARGA, TRANSPORTE E DESCARGA:** A entrega estará livre de quaisquer ônus, acessórios, acréscimos e/ou custos adicionais, devendo estar inclusos nos preços unitários e totais propostos todos os custos de frete, carga, transporte e descarga, seguros, imposto sobre produtos industrializados, impostos de circulação de mercadorias, e outros encargos semelhantes, todos de inteira responsabilidade da **CONTRATADA**.

2.4.2. Caso o objeto sofra algum tipo de sinistro (acidente) durante a carga, transporte e/ou descarga, a CONTRATADA deverá se responsabilizar pelos danos causados, e substituir, sem ônus para a COMUSA, o produto defeituoso.

**a) LOCAL E HORÁRIO DE ENTREGA:** Os produtos deverão ser entregues no Almoxarifado

da COMUSA, localizado na Rua Rio Iguaçu, n.º 275, Bairro Liberdade, na cidade de Novo Hamburgo/RS, de segunda à sexta-feira, no horário compreendido das 9h00min às 11h30min e 13h30min às 16h30min. Nos meses de dezembro a fevereiro, a COMUSA terá horário diferenciado nas segundas e sextas-feiras, sendo nas segundas das 12h às 18h e nas sextas das 08h às 14h.

**2.5. EM CASO DE NÃO CONFORMIDADE:** Os produtos deverão atender às especificações acima requeridas e possuir prazo de validade compatível ao período de utilização. Em caso de desconformidade com as especificações e validade, os produtos deverão ser imediatamente substituídos, conforme o prazo definido pela equipe técnica da COMUSA.

**2.6. SUBCONTRATAÇÃO:** Será vedada a subcontratação do objeto deste Termo de Referência.

**2.7. CONSÓRCIO:** Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, a fim de seja assegurada a ampliação da disputa entre os concorrentes, tendo em vista que os produtos solicitados podem ser entregues por empresas não consorciadas, conforme pesquisa de mercado.

## **2.8. PRAZOS DE VIGÊNCIA CONTRATUAL E DE ENTREGA E PRORROGAÇÃO**

2.8.1. O prazo de vigência contratual é de 3 meses, contados da data do recebimento do empenho, na forma do artigo 105 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

2.8.2. A vigência poderá ultrapassar o exercício financeiro, desde que as despesas referentes à contratação sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, para fins de inscrição em restos a pagar.

**2.8.3. O prazo para a entrega do objeto fica estabelecido em 30 dias, contados a partir da data do recebimento do empenho**

**a)** O não cumprimento dos prazos previstos para entrega dos produtos, total ou parcialmente, será enquadrado nos termos da Cláusula de penalidades constante no Edital e/ou Contrato.

**b)** Os prazos de recebimento provisório e definitivo não estão incluídos no prazo total estabelecido para a entrega do objeto.

**c)** Os prazos de vigência do Contrato e de entrega serão automaticamente prorrogados, independentemente de termo aditivo contratual, quando o objeto não for concluído no período fixado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa da CONTRATADA, previstas no Edital e no Contrato, nos termos e condições do art. 111 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

**d)** O registro da prorrogação deverá ser formalizado por simples apostila assinada pelo Gestor do Contrato, pelo Diretor técnico e pelo Diretor-Geral, podendo ser posterior à prorrogação automática.

## **2.9. OBRIGAÇÕES**

2.9.1. Da CONTRATADA:

**a)** Cumprir rigorosamente tudo o que dispõe o Contrato e o Termo de Referência, de modo a cumprir os prazos e preços previstos na sua proposta;

**b)** Responsabilizar-se por danos diretos, mediatos ou imediatos, extravios ou prejuízos causados à COMUSA;

**c)** Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e pessoais causados por seus prepostos e/ou empregados, dolosa ou culposamente, aos bens da COMUSA e de terceiros.

**d)** Entregar o objeto descrito neste Termo de Referência e responsabilizar-se integralmente pelos fornecimentos, nos termos da legislação vigente;

**e)** Cumprir todas as obrigações legais e fiscais;

**f)** Sanar imediatamente quaisquer irregularidades ou defeitos verificados pelo Gestor do Contrato da COMUSA;

**g)** Prestar as informações ou disponibilizar documentos solicitados pela COMUSA dentro dos

prazos estipulados;

- h)** Manter-se, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- i)** Relatar à COMUSA, por escrito, toda e qualquer irregularidade observada durante os fornecimentos;
- j)** Manter a discricção sobre todo e qualquer assunto de interesse da COMUSA ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto deste, devendo orientar seus empregados nesse sentido.

#### 2.9.2. Da COMUSA:

- a)** Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela CONTRATADA, de acordo com este Termo de Referência, as cláusulas contratuais e sua proposta;
- b)** Orientar quanto ao funcionamento da estrutura organizacional do órgão e normas internas vigentes;
- c)** Prestar as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
- d)** Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com as condições pactuadas no contrato;
- e)** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, que consiste na verificação da conformidade do fornecimento e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato, na forma da Lei Federal n.º 14.133/2021 e do art. 12 do Decreto Municipal n.º 10.652/2023;
- f)** Não obstante a CONTRATADA seja a única responsável pelo fornecimento de todos os itens contratados, a COMUSA reserva-se o direito de, sem que qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os fornecimentos, diretamente por fiscal designado, podendo para isso:
  - I - Ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição, do objeto que não estiver de acordo com as especificações constantes neste Termo de Referência;
  - II - Fiscalizar integralmente a execução do contrato pela CONTRATADA, especialmente no que se refere ao cumprimento das obrigações fiscais;
- g)** A COMUSA poderá rejeitar, no todo ou em parte, o objeto, se em desacordo com o contrato;
- h)** Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei Federal n.º 14.133/2021;
- i)** Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
  - I - Quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objeto do contrato, deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA, sem ônus para a COMUSA;
- j)** Aplicar penalidades à CONTRATADA previstas na lei e no Contrato, quando for o caso;
- k)** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- l)** Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
  - I - A COMUSA terá o prazo de 20 dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período;
- m)** Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pela CONTRATADA no prazo de 20 dias;

### 3 - DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO DA EMPRESA

Na fase de habilitação, deverão ser apresentados os documentos listados nos subitens seguintes, com base no que dispõe o art. 62 da Lei Federal n.º 14.133/2021. A não apresentação dos documentos elencados e exigidos neste TR acarretará, automaticamente,

na inabilitação da empresa licitante.

**a)** Os documentos referentes à habilitação da empresa deverão estar válidos no dia de abertura da sessão pública, e deverão ser mantidos válidos durante toda a vigência da contratação.

**b)** Fica dispensada a apresentação dos documentos elencados pelos subitens 3.1.1, 3.2, 3.3.1 e 3.3.2, mediante apresentação do competente Certificado de Registro Cadastral Unificado, atualizado e com todos os prazos de validade dos documentos e certidões exigidos em pleno vigor;

**c)** É dever da empresa atualizar previamente as comprovações constantes do Certificado de Registro Cadastral Unificado para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação dos documentos de habilitação, a respectiva documentação atualizada.

**d)** Para empresas que possuem filiais os documentos apresentados deverão ser do CNPJ cadastrado no site, ou seja, se da matriz, todos da matriz, se de alguma filial, todos da mesma filial, com exceção dos documentos que são válidos para a matriz e todas as filiais.

**e) As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, por ocasião da participação neste certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para habilitação, inclusive para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.**

e.1) A Microempresa ou a Empresa de Pequeno Porte, que possuir restrição em qualquer dos documentos de regularidade fiscal ou trabalhista, terá sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação, que comprove a sua regularidade em 05 (cinco) dias úteis, a contar da data em que for declarada como vencedora do certame.

e.2) O prazo de que trata a alínea anterior poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da COMUSA, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

e.3) A não regularização da documentação, no prazo fixado na alínea “e.1”, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Edital, sendo facultado à COMUSA convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do Contrato, ou revogar a licitação.

e.4) Caso o valor estimado do lote da disputa for superior à receita bruta máxima de empresa de pequeno porte (R\$4.800.000,00 – quatro milhões e oitocentos mil reais), o benefício não será aplicado, conforme art. 4º, §1º, da Lei Federal n.º 14.133/2021.

**f)** O(A) Agente de Contratação Direta verificará se a empresa provisoriamente classificada em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei Federal n.º 14.133/2021 e legislação correlata, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

f.1) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantidos pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes>).

f.2) A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei Federal n.º 8.429/1992.

f.3) Constatada a existência de sanção, a empresa será reputada inabilitada, por falta de condição de participação.

### 3.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

3.1.1. Inscrição, ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, sendo:

**a) No caso em empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**b) No caso de microempreendedor individual:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no site [www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor](http://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor);

**c) No caso de sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI:** ato constitutivo, estatuto ou contrato

social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

**d) No caso de ser participante sucursal, filial ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis ou no Registro Civil das Pessoas Jurídicas onde opera, com averbação no registro onde tem sede a matriz;

**e) No caso de sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

**f) No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País:** Portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

3.1.2. Os documentos supra deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**a)** Além do documento relativo ao subitem 3.1.1, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte deverá apresentar Certidão de Enquadramento de ME ou EPP, expedida pela Junta Comercial, Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas, onde a empresa está sediada, atualizada, ou seja, **com data não superior a 90 (noventa) dias anteriores à data fixada para o início da Sessão Pública No caso de Microempreendedor Individual:** o Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI comprovará o enquadramento como Microempresa, não sendo exigido o documento descrito no subitem 3.1.3.

**b)** A proponente que deixar de comprovar a sua condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, através do documento relacionado no subitem 3.1.3 ou na alínea “a” supra, não permanecerá no certame, em razão do mesmo ser exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte.

3.1.3 Nos casos de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte: além do ato constitutivo na forma das alíneas anteriores, deverá apresentar Certidão de Enquadramento de ME ou EPP, expedida pela Junta Comercial, Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas, onde a empresa está sediada, atualizada, ou seja, com data não superior a 90 (noventa) dias anteriores à data fixada para o início da Sessão Pública.

**a)** No caso de Microempreendedor Individual: o Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI comprovará o enquadramento como Microempresa, não sendo exigido o documento descrito no subitem 3.1.3.

**b)** A proponente que deixar de comprovar a sua condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, através do documento relacionado no subitem 3.1.3 ou na alínea “a” supra, permanecerá no certame, mas não fará jus aos benefícios previstos na Lei Complementar n.º 123/2006 e na Lei Municipal n.º 2.020/2009.

**c)** A comprovação da condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte somente será exigida das empresas que disputarem lote com a possibilidade de aplicação dos benefícios previstos na Lei Complementar n.º 123/2006 e na Lei Municipal n.º 2.020/2009, considerando o art. 4º, §1º, da Lei Federal n.º 14.133/2021.

### 3.2. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

**a)** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

**b)** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, que poderá ser extraída pelo site [www.gov.br/receitafederal/pt-br](http://www.gov.br/receitafederal/pt-br);

**c)** Certidão que prove a regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), que poderá ser extraída pelo site [www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br);

**d)** Certidão que prove a regularidade relativa aos débitos trabalhistas, que poderá ser expedida pelo site [www.tst.jus.br](http://www.tst.jus.br);

e) Prova de regularidade perante a Fazenda Estadual, da jurisdição fiscal da empresa, na forma da lei;

f) Prova de regularidade perante a Fazenda Municipal, da jurisdição fiscal da empresa, na forma da lei;

f.1) Havendo no Município Certidões Negativas de Débito Mobiliário e Imobiliário, a empresa deverá apresentar ambas. No caso de não possuir Certidão Imobiliária, a empresa deverá apresentar comprovante do órgão municipal de que não possui imóvel no local.

3.2.1. Toda certidão que não conter prazo de validade estipulado em seu corpo, será considerada como válida por 90 (noventa) dias, contados a partir da data de sua emissão.

### 3.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

3.3.1. Certidão Negativa de Insolvência Civil expedida pelo distribuidor do domicílio da sede da sociedade simples, se for o caso, com data não superior a 90 (noventa) dias da data designada para a apresentação do documento.

3.3.2. Certidão Negativa de Falência expedida pelo distribuidor ou vara especializada da Comarca da sede da empresa, com data não superior a 90 (noventa) dias da data designada para a apresentação do documento.

### 3.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

#### 3.4.1. ATESTADO OU CERTIDÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A empresa deverá entregar Atestado(s) ou Certidão(ões), fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprove(m) a aptidão da empresa para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, devendo o(s) documento(s) conter o nome, o endereço e o telefone de contato dos atestadores, ou qualquer outra forma que permita consulta com as empresas declarantes.

## 4 - GARANTIA CONTRATUAL

4.1. O prazo de garantia contratual dos bens é aquele estabelecido na Lei n.º 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), durante o qual subsistirá sua responsabilidade:

a) Pela solidez, segurança e quantidade do objeto contratado;

b) Pela eleição e emprego dos insumos e/ou matérias-primas utilizadas;

c) Pelos danos pessoais e materiais causados à COMUSA e aos seus servidores, bem assim a terceiros em geral, por empregados ou prepostos da CONTRATADA, verificados durante a vigência da contratação, ou dela decorrentes;

d) Pelo pagamento de todas as quantias devidas e/ou decorrentes de mão de obra, materiais, tributos, serviços de terceiros, obrigações trabalhistas e previdenciárias, deslocamentos, transporte e descarga, alimentação, instalações, equipamentos, seguros, licenças, dentre outros, pertinentes à execução do objeto contratado;

e) Pelos defeitos e imperfeições verificados nos bens fornecidos, total e/ou parcialmente, não relacionados com a segurança e solidez do objeto contratado;

f) Pelos danos causados por fato do produto ou vício oculto, a contar da verificação do dano.

4.2. A garantia implica em imediata substituição do bem que não atender às especificações exigidas, sem qualquer ônus para a **COMUSA**, bem assim imediato ressarcimento de todo e qualquer dano causado à **COMUSA** e/ou aos seus servidores.

4.3. O prazo para reparação dos defeitos, danos, riscos, imperfeições e/ou substituições, será definido pela Equipe Técnica da COMUSA, considerando a gravidade, complexidade e potencialidade de risco dos prejuízos ocorridos.

4.4. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

## 5 - PAGAMENTO

5.1. **PREÇOS:** Os preços apresentados na proposta deverão estar expressos em reais (R\$)

e serão finais, incluídos todos os encargos a ele inerentes.

5.1.1. Os preços apresentados na Proposta são finais, não sendo admitidos quaisquer acréscimos ou acessórios, estando incluídos nos mesmos os respectivos insumos, tributos, contribuições, e demais despesas, custos e encargos, diretos ou indiretos, bem assim todas as despesas e custos com testes de qualidade, carga, transporte e descarga, seguros, como também os lucros da CONTRATADA.

5.1.2. Todos os encargos, impostos, contribuições previdenciárias e demais obrigações fiscais e parafiscais decorrentes da contratação serão de responsabilidade da CONTRATADA, e demais tributos que incidam ou venham a incidir sobre o produto fornecido ou em decorrência dele.

5.1.3. As despesas, diretas ou indiretas, inerentes à execução do objeto e/ou decorrentes da presente contratação, correrão por conta exclusiva da CONTRATADA.

5.1.4. **REAJUSTE:** Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de 1 (um) ano contado da data do orçamento estimado da COMUSA, em 26/11/2024.

**a)** Após o interregno de 1 (um) ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela COMUSA, do índice IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**b)** No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, a COMUSA pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

**c)** Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

**d)** Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

**e)** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

**f)** O reajuste será realizado por apostilamento.

5.2. **PRAZO DE RECEBIMENTO:** A Fiscalização da COMUSA procederá a conferência dos bens, verificando a conformidade com as especificações técnicas, quantidades, tudo em conformidade com este Termo de Referência. O objeto será recebido:

**a)** Provisoriamente, em até 10 (dez) dias da comunicação escrita da CONTRATADA de término da entrega, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;

**b)** Definitivamente, para efeito de verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação, em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita da CONTRATADA, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

5.3. **PRAZO DE PAGAMENTO:** Em até 15 (quinze) dias, após o recebimento definitivo dos produtos e da nota fiscal pelo Gestor da COMUSA

5.3.1. Entregar juntamente com a Nota Fiscal os seguintes documentos, com validade mínima de 15 (quinze) dias:

**a)** Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

**b)** Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede da CONTRATADA;

**c)** Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede da CONTRATADA;

**d)** Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

**e)** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

5.3.2. Em hipótese alguma serão efetuados pagamentos antecipados ou sem a existência do atesto do servidor da COMUSA e da aprovação do respectivo superior hierárquico.

5.3.3. À CONTRATADA fica vedado negociar, ou efetuar a cobrança ou desconto de duplicatas ou outros títulos cambiariformes emitidos, através de rede bancária ou com terceiros, permitindo-se, tão somente, cobranças em carteira simples, qual seja, diretamente na COMUSA.

5.3.4. No caso do objeto entregue estar em desacordo com as especificações técnicas ou demais exigências fixadas no Edital e no Contrato, a COMUSA fica desde já autorizada a reter o pagamento em sua integralidade até que sejam processadas as alterações e substituições determinadas, aplicando-se à CONTRATADA as multas previstas no Edital.

5.3.5. Durante o período de retenção, não correrão juros ou atualizações monetárias de qualquer natureza, sem prejuízo de outras penalidades previstas no Edital.

5.3.6. A CONTRATADA suportará o ônus decorrente do atraso, caso as Notas Fiscais contenham vícios ou incorreções que impossibilitem o pagamento.

5.3.7. Ocorrendo atraso superior a 10 (dez) dias no pagamento, o débito será pago com o acréscimo de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de atraso, até o limite de 1% (um por cento) de juros ao mês, a título de compensação financeira.

5.4. **IMPOSTOS:** Todos os impostos, despesas e encargos incidentes sobre o produto deverão estar inclusos no preço final do mesmo.

5.4.1. Na elaboração da proposta, a empresa fornecedora deverá considerar que a COMUSA não é contribuinte do ICMS, devendo ser tributada dessa forma.

5.5. **NOTAS FISCAIS:** As notas fiscais serão liberadas para pagamento somente quando acompanhadas do atesto do servidor da COMUSA e aprovação do respectivo superior hierárquico.

5.5.1. Conforme [Protocolo ICMS 85/2010](#), que diz respeito à obrigatoriedade do fornecimento pela empresa **CONTRATADA** de **Nota Fiscal Eletrônica – NF-e** – em todas as compras realizadas pelos municípios, o **FORNECEDOR** deverá enviar para os e-mails [nfe@comusa.rs.gov.br](mailto:nfe@comusa.rs.gov.br) e [engenhariaeletromecanica@comusa.rs.gov.br](mailto:engenhariaeletromecanica@comusa.rs.gov.br) a **NF-e** referente a cada compra de material realizada pela Autarquia **COMUSA**.

**6 - PENALIDADES:** Pelo inadimplemento das obrigações, as LICITANTES ou as CONTRATADAS, conforme a infração, estarão sujeitas às penalidades previstas no Edital.

## **7 - GESTÃO E FISCALIZAÇÃO**

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei n.º 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre a COMUSA e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. A COMUSA poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a COMUSA poderá convocar o representante da empresa CONTRATADA para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da CONTRATADA, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

7.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

7.7. O Fiscal do Contrato acompanhará a execução física do contrato, sendo o responsável direto pelas anotações das ocorrências em registro próprio, verificando se a execução do

objeto do contrato ocorre conforme a especificação predeterminada, e especialmente:

- a) Esclarecer prontamente as dúvidas administrativas e técnicas e divergências surgidas na execução do objeto contratado;
- b) Expedir, através de notificações e/ou relatório de vistoria, as ocorrências e fazer as determinações e comunicações necessárias à perfeita execução do contrato;
- c) Proceder, conforme cronograma físico-financeiro, a conferência dos produtos entregues de acordo com as especificações do termo de referência e da proposta aprovada;
- d) Adotar as medidas preventivas de controle dos contratos, inclusive manifestar-se a respeito da suspensão da entrega de bens;
- e) Conferir e certificar as notas fiscais relativas às aquisições;
- f) Receber designação e manter contato com o preposto da CONTRATADA, e se for necessário, promover reuniões periódicas ou especiais para a resolução de problemas na entrega dos bens;
- g) Dar parecer técnico nos pedidos de alterações contratuais;
- h) Verificar a correta aplicação dos materiais;
- i) Requerer das empresas testes, exames e ensaios quando necessários, no sentido de promoção de controle de qualidade da execução dos bens a serem adquiridos;
- j) Realizar o recebimento do objeto contratado, na forma do art. 140 da Lei Federal n.º 14.133/2021, quando for o caso;
- k) Propor à autoridade competente a abertura de procedimento administrativo para apuração de responsabilidade;
- l) Efetuar a digitalização e armazenamento dos documentos fiscais e trabalhistas da CONTRATADA, quando couber;
- m) Auxiliar o Gestor nas avaliações do desempenho da CONTRATADA na execução do objeto;
- n) Outras atividades compatíveis com a função.

7.8. O Gestor de Contratos será responsável por gerenciar as relações firmadas com a CONTRATADA analisando dados, informações e pareceres técnicos dos fiscais quanto a execução do objeto, a avaliação da qualidade dos resultados obtidos, bem como informações atualizadas que viabilizem a tomada de decisão relacionada à manutenção, ou não, das condições contratuais, zelando para que a execução ocorra de forma mais econômica e que atenda às necessidades de planejamento da Administração Municipal, e especialmente:

- a) Analisar a documentação que antecede o pagamento;
- b) Analisar os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato;
- c) Analisar eventuais alterações contratuais, após ouvido o fiscal do Contrato;
- d) Analisar os documentos referentes ao recebimento do objeto contratado;
- e) Acompanhar o desenvolvimento da execução através de relatórios e demais documentos relativos ao objeto contratado;
- f) Decidir provisoriamente a suspensão da entrega de bens;
- g) Preencher a avaliação de desempenho contratual da CONTRATADA;
- h) Outras atividades compatíveis com a função.

7.9. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da COMUSA ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 119 e 120 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

7.10. **GESTOR(A):** A COMUSA designa como Gestor(a) da compra o(a) servidor(a) **Nelza Nair dos Reis**, coordenadora de manutenção, matrícula n.º 1097.

7.11. **FISCAL TÉCNICO E ADMINISTRATIVO:** A COMUSA designa como Fiscal Técnico e Administrativo da compra o(a) servidor(a) **João C. Calderaro, Eng. Mecânico**, matrícula n.º 1060.

7.12. **FISCAL SETORIAL:** A COMUSA designa como Fiscal Setorial da compra o(a) servidor(a) **Vanderlei Dias Machado**, Chefe da Unidade de Serviços, matrícula n.º 581.

## 8 - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

8.1. Os recursos financeiros correrão à(s) conta(s) dos créditos abaixo discriminados:

Código Reduzido:	5
Órgão:	23 – COMUSA - Serviços Água e Esgoto de Novo Hamburgo
Unidade:	2 - Área Administrativa
Ação:	1126 - Modernização da Estrutura da COMUSA
Vínculo:	5010400 – Autarquias e Fundações
Subelemento:	34490523400000000000 - Maquinas, utensilios e equipamentos diversos

Código Reduzido:	50
Órgão:	23 – COMUSA - Serviços Água e Esgoto de Novo Hamburgo
Unidade:	4 – Área Operacional
Ação:	2292 - Produção, Operação e Manutenção do SAA
Vínculo:	5010400 – Autarquias e Fundações
Subelemento:	33390301900000000000 - Material de acondicionamento e embalagem

Código Reduzido:	50
Órgão:	23 – COMUSA - Serviços Água e Esgoto de Novo Hamburgo
Unidade:	4 – Área Operacional
Ação:	2292 - Produção, Operação e Manutenção do SAA
Vínculo:	5010400 – Autarquias e Fundações
Subelemento:	33390302600000000000 - Material elétrico e eletrônico

Código Reduzido:	50
Órgão:	23 – COMUSA - Serviços Água e Esgoto de Novo Hamburgo
Unidade:	4 – Área Operacional
Ação:	2292 - Produção, Operação e Manutenção do SAA
Vínculo:	5010400 – Autarquias e Fundações
Subelemento:	33390304200000000000 - Ferramentas

Código Reduzido:	67
Órgão:	23 – COMUSA - Serviços Água e Esgoto de Novo Hamburgo
Unidade:	4 – Área Operacional
Ação:	1133 - Modernização e Expansão do SAA
Vínculo:	5010400 – Autarquias e Fundações
Subelemento:	34490520400000000000 - Aparelhos de medição e orientação

Código Reduzido:	67
Órgão:	23 – COMUSA - Serviços Água e Esgoto de Novo Hamburgo
Unidade:	4 – Área Operacional
Ação:	1133 - Modernização e Expansão do SAA
Vínculo:	5010400 – Autarquias e Fundações
Subelemento:	34490523800000000000 - Maquinas, ferramentas e utensilios de oficina

Código Reduzido:	67
Órgão:	23 – COMUSA - Serviços Água e Esgoto de Novo Hamburgo
Unidade:	4 – Área Operacional
Ação:	1133 - Modernização e Expansão do SAA
Vínculo:	5010400 – Autarquias e Fundações
Subelemento:	34490523900000000000 - Equipamentos e utensilios hidráulicos e elétricos

**ANEXO II**  
**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 29/2024 – COMUSA**  
**PROPOSTA COMERCIAL**

**PROPOSTA**

**Pregão Eletrônico n.º 29/2024 – COMUSA**

**DADOS DO FORNECEDOR:**

Razão Social:	
CNPJ:	
Endereço:	
Cidade:	Estado:
Telefone:	Fax:
E-mail:	
Pessoa para contato:	
Telefone da pessoa para contato:	
Responsável(eis) para firmar contrato:	

**1 – OBJETO**

Contratação de empresa para aquisição de ferramentas manuais e elétricas para uso das equipes de diversos setores da COMUSA – Serviços de Água e Esgoto de Novo Hamburgo, conforme especificações técnicas contidas no ANEXO I – Termo de Referência, o qual é parte integrante do edital.

**2 – PROPOSTA**

**2.1. A Proposta deverá ser apresentada em conformidade com o especificado na planilha abaixo.** O preenchimento do presente ANEXO acarretará a conformidade da proposta da licitante com todas as características do objeto e exigências constantes no ANEXO I do Edital.

**2.2.** Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no Edital e nos seus Anexos, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

**2.3.** A validade da proposta é de, no mínimo, **60 (sessenta) dias** da data da sessão pública de abertura da licitação.

Lote	Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Marca	Valor unitário	Valor Total
1	1	Alavanca De Aço Sextavado 1"X1,8m	PÇ	30			
	2	Alicate Cortador De Tubo 42mm	PÇ	32			
	3	Alicate De Bico Meia Cana Reto 6 Pol.	PÇ	2			
	4	Alicate De Corte Diagonal 6 Pol.	PÇ	2			
	5	Alicate De Pressão Mordente Triangular 10 Pol.	PÇ	2			
	6	Alicate Universal 8 Pol. Em Cr-V Isolado E Com Cortador De Arame	PÇ	30			
	7	Arco De Serra Tubular 300mm (12")	PÇ	66			

Lote	Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Marca	Valor unitário	Valor Total
	8	Caixa De Ferramentas Sanfonada 5 Gavetas	PÇ	66			
<b>Total lote 1</b>							
2	1	Chave Ajustável 8" - 200mm Cromada	PÇ	23			
	2	Alicate Bomba D Água 10 Pol.	PÇ	84			
	3	Chave Combinada 28 Em Aço Cromo-Vanádio	PÇ	12			
	4	Chave Combinada 30 Em Aço Cromo-Vanádio	PÇ	12			
	5	Chave Combinada 32 Em Aço Cromo-Vanádio	PÇ	12			
	6	Chave Combinada Catraca 22 Em Aço Cromo-Vanádio	PÇ	12			
	7	Chave Combinada Catraca 24 Em Aço Cromo-Vanádio	PÇ	12			
	8	Torquês Armador 12"	PÇ	2			
<b>Total lote 2</b>							
3	1	Chave Combinada Catraca 30 Em Aço Cromo-Vanádio	PÇ	12			
	2	Chave De Fenda 1/4x6" Em Aço Cromo-Vanádio	PÇ	35			
	3	Chave De Fenda 1/8x6" Em Aço Cromo-Vanádio	PÇ	33			
	4	Chave De Fenda 3/16x6" Em Aço Cromo-Vanádio	PÇ	45			
	5	Chave De Fenda 5/16x8" Em Aço Cromo-Vanádio	PÇ	12			
	6	Chave Fixa 12x13 Em Aço Cromo-Vanádio	PÇ	26			
	7	Chave Fixa 14x15 Em Aço Cromo-Vanádio	PÇ	26			
	8	Chave Fixa 16x17 Em Aço Cromo-Vanádio	PÇ	26			
<b>Total lote 3</b>							
4	1	Chave Fixa 18x19 Em Aço Cromo-Vanádio	PÇ	26			
	2	Chave Fixa 20x22 Em Aço Cromo-Vanádio	PÇ	26			
	3	Chave Grifo 10 Polegadas	PÇ	4			
	4	Chave Grifo 12 Polegadas	PÇ	29			
	5	Trena Em Aço C/ Trava 5m X 19mm	PÇ	51			
	6	Chave Grifo 14 Polegadas	PÇ	4			
	7	Chave Grifo 18 Polegadas	PÇ	4			
	8	Chave Grifo 24 Polegadas	PÇ	4			
	9	Chave Grifo 36 Polegadas	PÇ	4			
<b>Total lote 4</b>							
5	1	Chave Grifo 8 Polegadas	PÇ	4			
	2	Chave Philips 1/4x6" Em Aço Cromo-Vanádio	PÇ	35			
	3	Chave Philips 1/8x6" Em Aço Cromo-Vanádio	PÇ	35			
	4	Chave Philips 3/16x6" Em Aço Cromo-Vanádio	PÇ	45			

Lote	Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Marca	Valor unitário	Valor Total
	5	Colher De Pedreiro 10" Redonda Em Aço Com Cabo Em Madeira	PÇ	37			
	6	Enxada Goivada Larga Com Cabo 1,5m	PÇ	61			
	7	Escova De Aço 4 Fileiras Com Cabo De Madeira	PÇ	48			
<b>Total lote 5</b>							
6	1	Facão 18"Com Cabo De Polipropileno	PÇ	2			
	2	Formao 1" Em Aço Cr-V	PÇ	3			
	3	Trena Em Aço C/ Trava 7,5m X 25mm	PÇ	64			
	4	Trena Em Aço C/ Trava 10m X 25mm	PÇ	2			
	5	Jogo Brocas Videa 7 Peças 3 A 10mm	PÇ	3			
	6	Jogo Chaves Combinadas 6 Mm A 32 Mm Com 12 Peças	PÇ	2			
	7	Jogo De 12 Chaves Combinadas C/ Catraca 10 A 19mm	PÇ	11			
	8	Jogo De Chaves Allen 1/16" A 3/8", Abauladas Com 12 Peças Em L	PÇ	2			
	9	Jogo De Chaves Estrelas 12 Peças 6 A 32mm	PÇ	2			
<b>Total lote 6</b>							
7	1	Jogo De Soquete Estriado (Cachimbo) Encaixe 1/2" 8mm X 32mm Com 22 Peças	PÇ	2			
	2	Lâmina De Serra Manual 12"	PÇ	750			
	3	Lima Chata Bastarda 8 Pol Com Cabo	PÇ	2			
	4	Lima Grossa 10" Com Cabo	PÇ	50			
	5	Machadinha De Unha 600g Cabo Madeira	PÇ	11			
	6	Marreta 1kg	PÇ	41			
	7	Marreta 2kg	PÇ	40			
	8	Martelo Unha 20mm	PÇ	3			
	9	Pá Ajuntadeira De Bico Frankfurt Vd 102-2 Com Cabo	PÇ	50			
<b>Total lote 7</b>							
8	1	Pá Ajuntadeira Quadrada Vd201-2 Com Cabo	PÇ	50			
	2	Pá De Corte Quadrada Vanga Com Cabo Terminal Y	PÇ	42			
	3	Picareta Ponta Pá Estreita Tamanho N.5 Com Cabo 90cm	PÇ	27			
	4	Talhadeira De Aço 3/4" X 12"	PÇ	60			
	5	Tarraxa Para Cano De Pvc 1" Com Haste	PÇ	38			
	6	Tarraxa Para Cano De Pvc 3/4" Com Haste	PÇ	48			
<b>Total lote 8</b>							
9	1	Estrangulador Para Tubos Pead 63 A 90mm De Fuso Central Com Rosca Trapezoidal, Em Aço Galvanizado	PÇ	6			

Lote	Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Marca	Valor unitário	Valor Total
	2	Estrangulador Com Sistema Hidráulico (Squeeze Off Tool) Para Tubos Pead 63 A 125mm	PÇ	4			
	3	Estrangulador Tipo Capa Bode 3/4"	PÇ	61			
	4	Estrangulador Tipo Morcinha 3/4"-1"	PÇ	60			
	5	Apontador Tubo Pead 20mm	PÇ	62			
<b>Total lote 9</b>							
10	1	Cabo De Pa Para Reposição Reto 1,20m	PÇ	44			
	2	Cavadeira Simples Reta Com Cabo 1,2m	PÇ	28			
	3	Chave Combinada Catraca 21 Em Aço Cromo-Vanádio	PÇ	10			
	4	Chave Combinada Catraca 32 Em Aço Cromo-Vanádio	PÇ	12			
	5	Chave De Cano 9" Tipo Jacaré	PÇ	62			
	6	Chave Fixa 22x24 Em Aço Cromo-Vanádio	PÇ	26			
	7	Facão 12"com Cabo De Polipropileno	PÇ	12			
	8	Facão 16"com Cabo De Polipropileno	PÇ	16			
	9	Lamina De Serra Sabre Bi-Metal 12" x 6 dpp	PÇ	60			
	10	Ponteiro Redondo De Aço 3/4" X 12"	PÇ	32			
	11	Vassoura Rastelo De Aço Fixa 22 Dentes Com Cabo	PÇ	23			
	12	Serrote Manual De Poda 12" Em Aço	PÇ	28			
	13	Aplicador Rígido (chave) sext 40cm c/rosca femea para obstrutor de borracha	PÇ	20			
	14	Aplicador Rígido (chave) sext 20cm c/rosca femea para obstrutor de borracha	PÇ	20			
	15	Aplicador Flexível (chave) sext 1,0m c/rosca femea para obstrutor de borracha	PÇ	5			
<b>Total lote 10</b>							
11	1	Podador Aparador De Cerca Viva A Gasolina 2T; 1HP	PÇ	1			
	2	Esmerilhadeira Angular De 4.1/2 Pol. 220V	PÇ	2			
	3	Martelete Rompedor Perfurador 220V	PÇ	1			
	4	Parafusadeira Furadeira De Impacto 1/2 Pol. Com Bateria	PÇ	5			
	5	Serra Tico Tico 220V	PÇ	1			
	6	Moto Esmeril De Bancada 6Pol. 1/2cv; 220V	PÇ	1			
	7	Parafusadeira E Furadeira 1/4" Com Bateria, Carregador E Maleta - Bivolt	PÇ	2			
	8	Furadeira Profissional De Impacto 1/2" ,750W; 220V	PÇ	2			
	9	Lanterna De Uso Na Cabeça, Até 300 Lumens, IP65	PÇ	22			
	10	Lanterna Profissional Led 140 Lumens Com Bateria	PÇ	12			
	11	Trena Laser Alcance 40m Com Bolsa Protetora	PÇ	3			

Lote	Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Marca	Valor unitário	Valor Total
	12	Pistola De Pintura HVLP Para Pintura Spray, 220V	PÇ	2			
						<b>Total lote 11</b>	
						<b>TOTAL R\$</b>	

Valor global (por extenso): \_\_\_\_\_.

Data, carimbo e assinatura da licitante _____ / _____ / _____  _____ Assinatura e carimbo
---

**ATENÇÃO:** No caso de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, conjuntamente com a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação (subitens 8.17 e 8.19 do Edital), a licitante vencedora deverá encaminhar a **Certidão de Enquadramento de ME ou EPP, expedida pela Junta Comercial, Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas**, onde a empresa está sediada, atualizada, ou seja, **com data não superior a 90 (noventa) dias anteriores à data fixada para o início da Sessão Pública. No caso de Microempreendedor Individual**, o Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI comprovará o enquadramento como Microempresa, não sendo exigida a Certidão de Enquadramento de ME ou EPP.